

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
23ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
MÁRCIO JOSÉ ZEBENDE**



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989**  
**Data da instalação: 18-12-1989**  
**Data de implantação do PJe: 24-3-2015**

**Jurisdição: Belo Horizonte.**

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 15-10-2020, p. 4.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 28-3-2019

Às 8 horas do dia vinte e nove de outubro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 23ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 11º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Márcio José Zebende**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Dinalva Maria Pereira Fernandes; os servidores Aurélia Gonçalves Bastos de Souza, Eduardo Reis Pinto, Elenize Reis de Castro Fernandes da Fonseca, José Del Ben Gonçalves Rostey, Denise Parreiras Clemente, Janaína Gandra Lages, Maria Cecília Gonçalves Moreira Brito, Miriam Bernadete Diniz, Mônica Fajardo dos Reis, Vilder Ribeiro. Ausente a servidora Luciana Corrêa de Azevedo, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 606 processos, distribuídos neste ano até o dia 19-10-2020, apurando-se a média de 3,2 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 61 cartas precatórias, dentre elas 36 executórias, até o dia 19-10-2020, das quais 39 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecatantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 726 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 210 processos foram remetidos neste ano até o dia 19-10-2020.



**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 27 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 3 processos com perícia designada.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 405 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 35 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 80 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 2 processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

0000630-27.2013.5.03.0023 e 0000862-05.2014.5.03.0023 – Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

Tese firmada: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o art. 949 do CPC".

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0011077/19, 0010690/19, 0010987/18: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

0010615/19, 0010703/18, 0011582/17, 0010193/19, 0010855/18, 0011782/16, 0010694/19. : sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).



Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

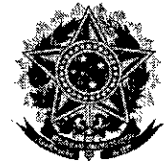
<b>Vara do Trabalho</b>	<b>Belo Horizonte - 23ª Vara</b>				
<b>Indicador / Ano</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)</b>
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	37,33	39,52	37,93	29,07	31,17

**1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -**

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

<b>FASE</b>	<b>Situação</b>	<b>Quantidade de processos</b>
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	160
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	253
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0



Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	30
---	----

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	67
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	7	4
2017	23	3
2018	25	2
2019	105	1
2020 – ano de referência	275	-
<b>TOTAL</b>	<b>435</b>	<b>0,58</b>

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 19-10):

Processo
0001082-42.2010.5.03.0023
0001178-86.2012.5.03.0023



0000485-68.2013.5.03.0023
0001317-04.2013.5.03.0023
0001699-60.2014.5.03.0023
0011313-55.2015.5.03.0023
0011379-35.2015.5.03.0023
0011466-88.2015.5.03.0023
0010628-14.2016.5.03.0023
0010955-56.2016.5.03.0023
0011081-09.2016.5.03.0023
0011544-48.2016.5.03.0023
0011782-67.2016.5.03.0023
0011867-53.2016.5.03.0023
0011908-20.2016.5.03.0023
0010486-78.2017.5.03.0183
0010624-40.2017.5.03.0023
0010757-82.2017.5.03.0023
0011208-10.2017.5.03.0023
0011384-86.2017.5.03.0023

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	8
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	525

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	81
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	111

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	6



	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	821
--	--	-----

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	30

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 23ª Vara			
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)



Ind. 14: Taxa de Congestionamento      82,07      83,41      52,28      56,65      58,17  
Execução (%)

Existem 1.082 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 532 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 550 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) 72 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 19/10/2020

No ano anterior, até dia 19/10/2019 – havia 1.050 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 616 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 434 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 19-10):

Processo
0022900-60.2004.5.03.0023
0050900-36.2005.5.03.0023
0255500-44.1990.5.03.0023
0094700-46.2007.5.03.0023
0050400-96.2007.5.03.0023
0053100-11.2008.5.03.0023
0120700-15.2009.5.03.0023
0089900-04.2009.5.03.0023
0095900-20.2009.5.03.0023
0033100-87.2008.5.03.0023
0045000-33.2009.5.03.0023
0000320-26.2010.5.03.0023
0000885-87.2010.5.03.0023
0000674-51.2010.5.03.0023
0174000-86.2009.5.03.0023
0000970-73.2010.5.03.0023





<b>0000022-97.2011.5.03.0023</b>
<b>0000310-45.2011.5.03.0023</b>
<b>0004700-29.2009.5.03.0023</b>
<b>0000260-82.2012.5.03.0023</b>

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

<b>Decisões na execução</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>01-JANEIRO</b>	19	27
<b>02-FEVEREIRO</b>	48	30
<b>03-MARÇO</b>	33	31
<b>04-ABRIL</b>	44	8
<b>05-MAIO</b>	44	22
<b>06-JUNHO</b>	30	18
<b>07-JULHO</b>	83	25
<b>08-AGOSTO</b>	112	15
<b>09-SETEMBRO</b>	123	28
<b>10-OUTUBRO</b>	183	17
<b>Totais</b>	<b>719</b>	<b>221</b>

<b>Decisões execução por juiz</b>	<b>2020/01</b>	<b>2020/02</b>	<b>2020/03</b>	<b>2020/04</b>	<b>2020/05</b>	<b>2020/06</b>	<b>2020/07</b>	<b>2020/08</b>	<b>2020/09</b>	<b>2020/10</b>
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES							6			
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK	14	28								
LUIZ FERNANDO GONCALVES						18				
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS							16	1		
MARCIO JOSE ZEBENDE	11		6	6	22		1		23	17
NARA DUARTE BARROSO CHAVES									2	
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							2			
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO								14	3	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO		2	25							

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

<b>Alvarás</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>01-JANEIRO</b>	<b>87</b>	<b>87</b>



<b>02-FEVEREIRO</b>	110	96
<b>03-MARÇO</b>	104	68
<b>04-ABRIL</b>	139	40
<b>05-MAIO</b>	131	64
<b>06-JUNHO</b>	141	82
<b>07-JULHO</b>	117	106
<b>08-AGOSTO</b>	135	88
<b>09-SETEMBRO</b>	141	83
<b>10-OUTUBRO</b>	134	31
<b>Totais</b>	1239	745

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 19-10-2020, existem 53 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
<b>Embargos de Declaração Pendentes</b>	5
<b>Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes</b>	21
<b>Tutelas Provisórias Pendentes</b>	27
<b>Total</b>	53

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 29-10-2020 havia 2 processos:

- a) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 1 processo;
- b) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011708/17, 0010667/20.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.



**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 25-10-2020, 171 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 40 processos.

Exame dos autos dos processos 0010659/20, 0010481/20, 0010383/20, 0010546/20, 0010622/20, 0010466/20, 0010579/20, 0010632/20, 0010340/20, 0010517/20, 0010615/19, 0010703/18, 0011582/17, 0010193/19, 0010855/18, 0011782/16, 0010694/19, 0011077/19, 0010690/19, 0010987/18, 0010119/20, 0010089/20, 0010441/20, 0010536/20, 0010551/20, 0010266/20, 0010582/20, 0010571/20, 0010519/20, 0010534/20, 0010594/20, 0010508/20, 0010502/20, 0010300/20, 0010613/20, 0010586/20, 0010572/20, 0010549/20, 0010331/20, 0011630/17, 0010468/20, 0010398/20, 0010312/20, 0010106/20, 0010580/20, 0010125/17, 0010091/19, 0010107/19, 0010193/20, 0010197/19, 0010423/19, 0010373/19, 0010093/20, 0011022/19, 0010552/19, 0010124/16, 0011126/15, 0011058/17, 0011179/17, 0010257/15, 0010254/20, 0010557/20, 0010499/20, 0010527/20, 0010533/20, 0010479/20, 0010446/20, 0010550/20, 0010583/20, 0010589/20, 0011185/17, 0010585/20, 0010664/20, 0010590/20, 0010498/20, 0010036/20, 0010647/19, 0010086/20.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010308-22.2020.5.03.0023	Aguardando audiência
0010407-26.2019.5.03.0023	Aguardando apreciação pela instância superior



0010414-57.2015.5.03.0023	Aguardando apreciação pela instância superior
0010621-80.2020.5.03.0023	Aguardando prazo
0010778-24.2018.5.03.0023	Aguardando apreciação pela instância superior
0010789-24.2016.5.03.0023	Aguardando apreciação pela instância superior
0010903-55.2019.5.03.0023	Aguardando audiência
0011262-21.2017.5.03.0105	Arquivo provisório
0011360-29.2015.5.03.0023	Aguardando apreciação pela instância superior
0104800-26.2008.5.03.0023	

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010257-11.2020.5.03.0023	Aguardando prazo
0010499-04.2019.5.03.0023	Aguardando prazo

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	23	32	32
Instrução processo físico	1.720	1.778	-
Instrução processo eletrônico	215	234	160

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	10	8	18/11/2020 – 13 dias
Procedimento Ordinário	10	8	12/11/2020 – 11 dias
Instrução	215	126	29/03/2021 – 81 dias



**PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 19-10-2020).**

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	505	157

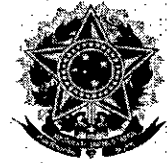
2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	3	1.913
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	218	80

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

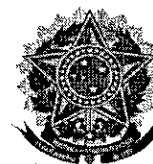
	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	24	3.456



Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	76	542
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	3	3.758
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	575

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	<b>Ano-2019</b>	<b>Média/dia útil</b>
Julgados procedentes	52	0,2
Julgados procedentes em parte	407	1,7
Julgados improcedentes	224	0,9
Extintos com resolução de mérito	4	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>687</b>	<b>3,0</b>
Extintos sem resolução de mérito	38	0,1
Arquivamento	85	0,3
Desistência	53	0,2
Outras decisões sem exame de mérito	36	0,1
<b>Total sem exame de mérito</b>	<b>212</b>	<b>0,9</b>



Decisões de conhecimento	899	3,9
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	332	1,4
Decisões na fase de execução	191	0,8
<b>Total</b>	<b>1.422</b>	<b>6,2</b>

No ano de 2020, até o dia 19-10, com 184 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	<b>19-10-2020</b>	<b>Média dia/útil</b>
Julgados procedentes	27	0,1
Julgados procedentes em parte	110	0,5
Julgados improcedentes	75	0,4
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>137</b>	<b>0,7</b>

#### **4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO**

– Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/ Mês</b>	<b>Média/dia útil</b>
Conciliação em conhecimento	21	1
Conciliação em execução	8	0,3
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	7	0,3



Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	5	0,2
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	2	0,09
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	32	1,5
Una/Una (rito sumaríssimo)	62	2,9
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>6,1</b>

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 24 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	26	27	1	2	1	
<b>02-FEVEREIRO</b>	52	40	1	2		
<b>03-MARÇO</b>	32	11	1		1	1
<b>04-ABRIL</b>	26	10	2	1	1	1
<b>05-MAIO</b>	37	11	3	3	1	2
<b>06-JUNHO</b>	35	28	1	1	2	2
<b>07-JULHO</b>	52	26	3		3	2
<b>08-AGOSTO</b>	44	14	2	4	5	
<b>09-SETEMBRO</b>	34	24	10	1	2	
<b>10-OUTUBRO</b>	38	13	2		3	





Conciliações por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES							6			
FABIANA MARIA SOARES										4
FLÁVIA CRISTINA ROSSI DUTRA					1					
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK	24	36								
LILIAN PIOVESAN PONSSONI								3		
LUIZ FERNANDO GONCALVES						31				
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS							11			
MARCIO JOSE ZEBENDE	5			12	15		3		20	9
NARA DUARTE BARROSO CHAVES									3	
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							8			
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO								15	2	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO		6	12							

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

<b>Audiências</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>01-JANEIRO</b>	86	78
<b>02-FEVEREIRO</b>	179	142
<b>03-MARÇO</b>	154	81
<b>04-ABRIL</b>	166	1
<b>05-MAIO</b>	175	20
<b>06-JUNHO</b>	185	125
<b>07-JULHO</b>	186	142
<b>08-AGOSTO</b>	160	103
<b>09-SETEMBRO</b>	168	144
<b>10-OUTUBRO</b>	167	45
<b>Totais</b>	<b>1626</b>	<b>881</b>



Pessoa 1	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					1					
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES							43			
FABIANA MARIA SOARES										8
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		1		1	8	2				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						2			1	
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK	77	123								
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1							7		
LUIZ FERNANDO GONCALVES						121				
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS							66	11		
MARCIO JOSE ZEBENDE					11		8		101	37
NARA DUARTE BARROSO CHAVES									28	
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							25			
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO								85	14	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO		18	81							
<b>Totais</b>	<b>78</b>	<b>142</b>	<b>81</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>125</b>	<b>142</b>	<b>103</b>	<b>144</b>	<b>45</b>

Foram realizadas 85 audiências de 01-10-2020 até o dia 27-10-2020 e designadas 10 de 28-10-2020 até do dia 29-10-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

Sentenças por mês	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	67	39
<b>02-FEVEREIRO</b>	109	82
<b>03-MARÇO</b>	109	94
<b>04-ABRIL</b>	95	29
<b>05-MAIO</b>	136	30
<b>06-JUNHO</b>	93	45
<b>07-JULHO</b>	106	51
<b>08-AGOSTO</b>	94	35

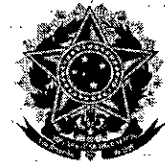


<b>09-SETEMBRO</b>	125	53
<b>10-OUTUBRO</b>	160	56
<b>Totais</b>	1094	514

Sentença por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES							15			
FABIANA MARIA SOARES										4
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK	32	74	22							
JORDANA DUARTE SILVA								1		
LILIAN PIOVESAN PONSSONI								4		
LUIZ FERNANDO GONCALVES						44	6			
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS							18	2	1	
MARCIO JOSE ZEBENDE	7		14	29	30	1	4		41	36
NARA DUARTE BARROSO CHAVES									5	1
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							8	4		
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO								24	6	15
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO		8	58							
<b>Totais</b>	39	82	94	29	30	45	51	35	53	56

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

Despachos	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	749	994
<b>02-FEVEREIRO</b>	1200	1327
<b>03-MARÇO</b>	1079	1193
<b>04-ABRIL</b>	1131	539
<b>05-MAIO</b>	1249	955
<b>06-JUNHO</b>	1555	1144
<b>07-JULHO</b>	1272	1140
<b>08-AGOSTO</b>	1497	1042
<b>09-SETEMBRO</b>	1776	1103
<b>10-OUTUBRO</b>	2114	848
<b>Totais</b>	13622	10285



Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, durante o período da pandemia da COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h20min e/ou 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

#### 5. Produtividade –

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 até 19-10</b>
Processos recebidos	965	993	606
Média por dia útil	4,3	4,3	3,2
Processos remanescentes do ano anterior	869	610	449
Sentenças anuladas	36	25	20
<b>Total de processos para solução</b>	<b>1.870</b>	<b>1.628</b>	<b>1.075</b>
Processos solucionados	1.263	1.285	514
Processos conciliados	387	386	197
Produtividade	67,54%	78,93%	47,81%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 2,9% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 11,3%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das



varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	197
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	514

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	514
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	626

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	131
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	129

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)



1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	533
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	547

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	827
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	164

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)**

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	547
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	164
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do	533
-----------------------------------	--	-----



	período de referência	
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	827
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

**Perfil da Vara do Trabalho**

**Belo Horizonte - 23ª Vara**

Indicadores / Período de referência		Ano 2019	1º trim 2020	2º trim 2020
		01/01/2019 a 31/12/2019	01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020
<b>Indicadores</b>	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,45	1,12	0,87
	I02 - Pendentes	1.493	1.474	1.486
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	287,43	261,85	245,15
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	118,63	108,71	111,65



	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.239,55	2.292,78	2.377,21
	I07 - Taxa de conciliação (%)	29,71	29,48	32,15
	I08 - Taxa de solução (%)	126,63	121,59	112,64
	I13 - Taxa de execução (%)	292,34	328,22	346,96
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	28,75	28,28	31,25
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	56,65	56,21	58,00
	I11 - Produtividade por servidor	152,17	149,08	131,17
	I12 - Pendentes por servidor	108,75	105,83	105,42
<b>Meso</b>	Acervo	0,27	0,32	0,31
	Celeridade	0,50	0,48	0,48
	Produtividade	0,46	0,47	0,45
	Congestionamento processual	0,52	0,50	0,50
	Força de trabalho	0,49	0,49	0,51
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,4469</b>	<b>0,4527</b>	<b>0,4505</b>
	Posição IGEST	95	89	91
	Movimentação processual	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

**6. ARRECADAÇÃO –**

<b>Contribuição Previdenciária</b>	<b>Imposto de Renda</b>
R\$7.061.012,92	R\$2.376.810,97

**7. PORTARIAS –** De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.





**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correção, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correção, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correção, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

#### **10. Gestão Estratégica**

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ)** - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 118,89% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 79,89% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA)** - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,03%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.



**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 69,30% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 51,53% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 150,99%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 90,48% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta



unidade organizacional foi de 287,43 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 173,15%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 152,79 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.



Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### 13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos na pauta os 2 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;
- 3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 5) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;
- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em



epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

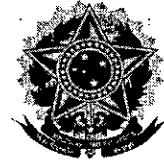
9) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

10) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

11) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/aceso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

12) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;



14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada, conforme dados apurados no item 4, a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se no mínimo 30 processos por mês, dentre aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos

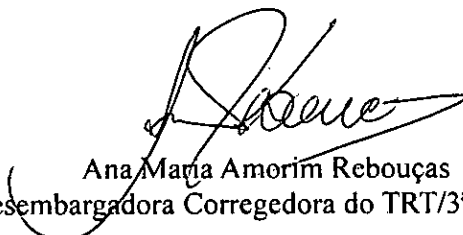


direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia vinte e nove de outubro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 150/2020, publicado no DJe 15-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

  
Ana Maria Amorim Rebouças  
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria